



BOLETIM DA PLENÁRIA DE REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO CONCURSADOS

Quinta-feira, 13 de fevereiro de 2025 • às 8h30 e às 14h • EJA: 14/02 às 19h

Pauta

8h às 8h20 / 14h50 às 15h10

Café

8h20 às 8h40 / 14h às 14h20

Apresentação do Ilaese – atualização dos números da prefeitura, pacote fiscal e mudanças na legislação federal em relação ao FUNDEB.

8h40 às 8h50 / 14h20 às 14h30

Apresentação dos dados relativos às perdas salariais

8h50 às 9h10 / 14h30 às 14h50

Informes:

Campanha salarial terceirizados / Campanha pela redução da jornada de trabalho - 5 min
Reunião com direções de Escolas – 3 min
Mudança na Educação Infantil / propostas da prefeitura e ações do sindicato –7 min
Retorno da Prefeitura sobre negociação -2 min

9h10 às 9h25 / 15h10 às 15h25

Leitura e destaques na Pauta de 2024, com acréscimos já levantados

9h25 às 9h35 / 15h25 às 15h35

Avaliação da diretoria

9h35 às 10h35 / 15h35 às 16h35

Avaliação e propostas

10h35 às 11h / 16h35 às 17h

Encaminhamentos:

1. Votação do índice de reajuste
2. Leitura das novas propostas apresentadas na plenária e destaques
3. Votação das propostas de pauta para 2025 não destacadas
4. Votação das propostas destacadas
5. Votação de indicação de rejeição X aceite das datas apresentadas pela prefeitura
6. Votação de proposta de mobilização para a assembleia – caso a prefeitura não apresente nenhuma proposta financeira, atendimento de pontos da pauta ou indicação de negociação – indicação

votação de indicativo de greve ou não na assembleia.

7. Votação da próxima assembleia (dia e horário)
8. Votação dos itens do calendário colocados neste boletim e outras que possam aparecer.
9. Votação sobre as propostas de campanhas
10. Votação de outras propostas que possam aparecer

OBS.: com exceção da votação de data e horário da assembleia, as votações relativas a nossa campanha salarial/educacional são indicativas, visto que precisam ser referendadas pela assembleia.

Perdas Salariais

Abaixo alguns números que apontam o que nossas perdas representam:

- O índice necessário para recuperar as perdas inflacionárias de 1996 até hoje é de **30,8%**. Para voltar a ter a mesma equidade com o piso no momento em que entrou em vigor (2009) seria necessário um reajuste de **92,26%**.
- Para que o nível 8 tenha o valor atual do piso seria necessário um reajuste de **69,62%**.
- Diferença entre os reajustes do piso e as correções salariais aplicadas em nosso salário durante o governo Kalil/Fuad – **47,02%**.
- Índice de recomposição e valor do piso em 2025 – **6,27%** e **R\$ 4.867,77**.
- Valor inicial do salário do professor no nível 8 e 12 respectivamente – **R\$ 2.869,84** e **R\$ 3.488,30**.

Pauta de reivindicações da Campanha Salarial de 2024 dos Trabalhadores em Educação Concursados:

1. Reajuste de 44,25% (perdas do governo Kalil/Fuad) mais o índice do PNM de 2024, juntamente com a manutenção da nossa carreira, com efeito cascata nos níveis subsequentes e sem alterações prejudiciais para o conjunto dos servidores públicos efetivos da educação ativos e aposentados;
2. Recomposição do nível 8 para que se equipare ao valor integral do Piso Nacional do Magistério;
3. Cumprimento da Lei Federal 11.738/08 (lei do piso) de forma a garantir 7h de planejamento do professor;
4. Garantia da concessão de nível a todos os trabalhadores em educação que não fizeram a Avaliação de Desempenho de 2021 estipulada na lei municipal nº 11.381/22;
5. Ampliação dos níveis na carreira dos Auxiliares de Escola, Assistentes Administrativos, bibliotecários e pedagogos;
6. Garantia do reajuste relativo às perdas financeiras aos aposentados atingidos pela lei municipal 11.381/22, que concedeu níveis na carreira só para os trabalhadores em educação da ativa;
7. Retorno do horário intermediário com a lotação de professores para garantir o atendimento integral das turmas de educação infantil em EMElS e EMEFs;
8. Vale-refeição para todos os trabalhadores em educação independente da carga horária de trabalho;
9. Vale cultura para aposentados, trabalhadores com dobra, trabalhadores em

- licença para aperfeiçoamento, trabalhadores liberados para exercer mandato classista;
10. Oito horas de reunião pedagógica coletiva por mês;
 11. Autonomia para os professores da educação infantil em relação ao cumprimento do Planejamento.

Assistentes Administrativos Educacionais (AAEs):

1. Aumentar os níveis da carreira dos AAEs dialogando com a proposta construída pelo setor e referendada;
2. Pagamento do reajuste do piso nacional da educação no primeiro nível da carreira;
3. Possibilidade de vender as férias prêmio e gozar das mesmas;
4. Revisão da portaria 305/2018 a partir da definição da categoria;
5. Aumento da GDE para o cargo de secretário escolar;
6. Processo de certificação para gestor financeiro com entrada exclusiva para AAEs sem prejuízo para os agentes governamentais que já estão no cargo;
7. Vale lanche para 6 horas.

Bibliotecários:

1. Ampliação dos níveis da carreira dos bibliotecários;
2. Unificação dos cargos de Bibliotecários (Pleno e Sênior);
3. Discussão sobre a situação das bibliotecas escolares e a falta de pessoal;
4. Contar com o trabalho efetivo dos AAEs nas bibliotecas;
5. Investimento na formação continuada;
6. Apresentação de proposta para a nova organização da gerência de bibliotecas feita pelos bibliotecários para a SMED/BH (estruturação);

7. Discussão sobre o trabalho dos bibliotecários e a automação das obras nas bibliotecas;
8. Nomeação dos bibliotecários plenos.

Aposentados:

1. Recomposição em 10,25% do salário para professoras(es) aposentadas(os) do Ensino Fundamental e 21,55% para as professoras(es) aposentada(os) da Educação Infantil, que não foram contemplados com as progressões automáticas concedidas aos trabalhadores da ativa em 2022.
2. Garantir que todos os aposentados que estavam na ativa entre 2018 e 2022 recebam o rateio da sobra do FUNDEB que lhes é devido.
3. Assegurar o pagamento do rateio do FUNDEF a todos os professores que estiveram na ativa entre 1997 e 2006, caso a PBH vença o processo judicial.
4. Possibilitar aos aposentados a adesão ao plano de saúde subsidiado pela PBH, a qualquer momento que o servidor julgar necessário.

Outros itens já levantados que não constavam na pauta de 2024:

1. Possibilidade de mais duas progressões por escolaridade..
2. Que a PBH garanta aos servidores em exercício, aposentados e trabalhadores terceirizados vacinas que não estão sendo ofertadas no SUS, a exemplo da vacina de prevenção da herpes zóster;
3. Recomposição do quadro de professores nas EMEIS aos moldes do ofício
4. Garantia de pelo menos um professor(a) com formação em Educação Inclusiva, para além do 1.6, ou que se forme em prazo

pré-determinado, responsável junto ao professor de turma pelo planejamento e acompanhamento pedagógico aos estudantes com deficiência. Estabelecimento de um plano permanente de formação destes profissionais.

5. Bibliotecários:

- a) Exigência de pelo menos 1 bibliotecário por escola.
- b) Atendimento exclusivo no espaço da biblioteca.

6. AAEs

- a) Instituição de Piso Salarial equivalente a 70% do piso do magistério Trabalhadores PCDs
- b) Redução da jornada de trabalho.
- c) Readaptação do espaço de trabalho.
- d) Assegurar ambiente laboral acessível aos servidores concursados do Edital 03/2023, professores e AAEs com deficiência, o acompanhamento da equipe multiprofissional e interdisciplinar durante o estágio probatório.
- e) Assegurar condições de acessibilidade no ambiente de trabalho aos servidores ativos da Rede, professores e AAEs.

Proposta de calendário e ações de mobilização

1. **13/02, às 17h30, na Praça Sete** - Manifestação Nacional Pela Palestina.
2. **Dia 14/02, às 18h30** - Reunião virtual de representantes da educação infantil aberta a demais professores da educação infantil que queiram participar.

3. **De 14/02 a 17/03** - Visita às escolas e reunião com os setores específicos da categoria.
4. **8 de março, às 10h, na Praça Raul Soares:** 8M - Dia Internacional da Luta das Mulheres.
5. **Assembleia dia 18/03, às 8h** - Votação de indicativo de greve para o dia 10/04 caso a prefeitura não apresente nenhuma proposta financeira, atendimento de pontos da pauta ou indicação de negociação – indicação votação de indicativo de greve ou não na assembleia.
6. **De 31/03 a 04/04** - Panfletagem, colagem de cartazes e reuniões com as comunidades escolares. Campanha virtual nas redes sociais por negociação e atendimento às nossas reivindicações.
7. **1º de abril** - Plenária de representantes.
8. **Fevereiro e março** - Contato com lideranças comunitárias representantes e direção sindical para discussão de nossas pautas.
9. **Fevereiro e março** - Conversa com vereadores, deputados, lideranças partidárias para discussão de nossas pautas.
10. **Fevereiro** - Atuação na Câmara pela derrubada do veto ao artigo da Lei Orgânica que garante verbas para a equiparação salarial de bibliotecários.
11. **Março** - Campanha nas redes sociais, meios de comunicação que conseguimos atingir, carros de som, colagem de cartazes. (datas de referência que podem ser alteradas).

Obs.: Avaliar possibilidade de Assembleia unificada com Sindibel.

Datas apontadas: 13 de março e 15 ou 16 de abril

Campanhas

- Valorização da educação Pública;
- Contra os contratos com empresas privadas na educação pública e política de expansão de convênios para atendimento da educação infantil;
- Denúncia e exigência de atendimento de crianças de 0 a 1;
- Denúncia e exigência da qualificação do atendimento de PCDs;
- Denúncia e exigência de valorização profissional concursados e terceirizados;
- Fim da Escala 6X1, redução da jornada de trabalho sem redução de salário.

Campanha Salarial dos terceirizados / Campanha pela redução da jornada de trabalho

A assembleia do dia 12/02 contou com mais de 3 mil trabalhadores representando a união para seguir na luta por melhores condições de trabalho. A prefeitura não apresentou uma nova proposta, pois alegou não ter havido tempo suficiente para a avaliação. Até o momento, a categoria considerou insuficiente os 7% de reajuste do salário e de reajuste do *ticket* para o conjunto da categoria, tanto para trabalhadores da MGS quanto para trabalhadores das Caixas Escolares. Ficou definida uma nova assembleia para o dia 20/02 com indicativo de greve, onde será votada se a categoria entra em greve ou não.

Informe da reunião com direções de escolas

No dia 10/02, às 19h, foi realizada reunião virtual com as Direções de Escola e a Diretoria Colegiada do Sind-REDE/BH. Estiveram presentes 120 diretores.

Pauta da reunião:

1. Excedência e reorganização da Educação Infantil
2. Repasses e situação das Caixas Escolares (Contas bancárias e kits escolares);
3. Campanha Salarial dos trabalhadores terceirizados;
4. Campanha Salarial dos Concursados;

Após os informes e um amplo debate foram deliberados os seguintes encaminhamentos:

Educação Infantil

- Solicitar à Secretaria de Educação que envie um Projeto de Lei à Câmara Municipal com o objetivo de ampliar o quadro de professores, e que isso seja feito com urgência;
- Retorno dos trabalhadores (que assim desejarem) às escolas;
- Retomar a regência compartilhada;
- As Direções informarem à SMED, com veemência, a necessidade de que seja autorizado, pelo menos, mais um cargo de apoio à Coordenação por turno.

Repasso das Caixas Escolares

Foi informado, pelas direções presentes, que os valores da maioria dos repasses estão bloqueados e a SMED soltou uma nota dizendo que os Kits Escolares serão de responsabilidade das escolas.

Encaminhamentos

- Que Sindicato ajude na mediação da discussão sobre os recursos para aplicação dos planos de trabalho das escolas: saber sobre as rubricas; onde serão alocados os recursos.;
- Valores e prazos de depósito de recursos (os valores não contemplam a quantidade de estudantes)
- Retorno de recursos do fundo rotativo para as escolas fazerem gastos emergenciais ou de demandas pequenas.
- Verificar e cobrar da SMED um posicionamento sobre a EM Carolina Maria de Jesus que até o momento não recebeu nenhuma verba da SMED

Campanha salarial dos terceirizados

Foi informado como estão as negociações entre os trabalhadores e a PBH e MGS. Haverá uma assembleia dia 12 e não houve acordo ainda entre as partes.

Encaminhamentos

- A escola deve fazer um bilhete informando às comunidades sobre a paralisação dos trabalhadores terceirizados e os problemas de funcionamento;
- Escrever uma nota das direções de escolas, dando apoio aos trabalhadores terceirizados, pedindo uma rápida negociação e orientando contra ações antissindicais indicadas pela SMED/DIREs.

Campanha salarial dos concursados

Foi apresentada uma análise política do atual momento e a notícia que o governo Fuad/Damião só irá iniciar o debate sobre o reajuste em julho. Também foi apontada a necessidade de

organização da categoria, inclusive participando das plenárias de representantes.

Encaminhamentos

- Construir reuniões mensais das direções de escola com o Sindicato, a próxima será na segunda semana de março;
- Garantir a participação dos representantes e que cada escola tenha o seu representante.

Outros pontos

Apareceram duas demandas:

1 -Trabalhadores eleitos nas funções de direção e vice, que tem vínculo com outra rede, estão com problemas relacionados à cessão deles ao município.

Encaminhamento: Verificar a situação junto à PBH. Muitas colegas já deixaram os nomes para serem verificada a situação, outros casos devem deixar o nome na recepção da entidade sindical telefone para serem encaminhados à diretoria

1 - O prazo para as direções encaminharem a documentação para as extensões de jornada venceu, mas o sistema SGE ficou fora do ar e impossibilitou o lançamento.

Encaminhamento: a diretoria pode intermediar a solicitação de prorrogação desse prazo para não prejudicar as direções e as companheiras que precisam de dobra.

Informes da negociação com a Secretaria de Educação e mudanças na Educação Infantil

Tivemos até o momento duas reuniões com a presença do secretário e duas reuniões com os responsáveis pela negociação relativa aos

terceirizados. Na primeira reunião com o secretário ficou acertado de ser definida uma agenda de negociações para retomarmos os temas pendentes; foi nos dito que as questões relativas a salário não seriam discutidas pela secretaria de educação (pelo menos não exclusivamente). Na segunda reunião marcada para discussão específica da mudança de quadro da educação infantil, o secretário apresentou a seguinte questão.

A prefeitura está ampliando as turmas de atendimento integral na rede própria, o objetivo é atender a 16.000 estudantes no integral e por isso a redução de quadro. Ainda de acordo com a secretaria, o número máximo permitido pela legislação para cargos da educação infantil foi atingido com a última convocação de concursados que está sendo feita e que, portanto, não poderiam convocar mais concursados.

Após longo debate onde colocamos a impossibilidade da educação infantil funcionar com o quadro tão reduzido, visto que a carga horária do estudante da educação infantil com professor é maior que a do ensino fundamental, da menor autonomia da criança e que não era correto desorganizar a vida do trabalhador dessa forma no início do ano. O secretário apontou a volta do turno intermediário e que estudaria uma possível mediação para a redução dos quadros.

A proposta que nos foi apresentada foi de mais uma coordenação para escolas nos turnos com 12 turmas, esta, no entanto é a realidade de pouquíssimas EMEIs. Continuamos reivindicando a volta do quadro como fechado em dezembro de 2024.

Nos dias 11 e 12/02, dias marcados pela Secretaria para os excedentes que não conseguiram vagas nas regionais escolherem novas escolas, fizemos um plantão na secretaria para levantar números mais exatos e principais problemas. No dia 14/02 às



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

sindrede.org.br | Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro - Belo Horizonte / MG